

**GT - Direitos Humanos, Gênero, Sexualidade**

**Discursos antigênero no TikTok:  
desinformação e disputas sobre direitos LGBTQIA+ no Brasil**

Marco Antonio de Barros Junior <sup>1</sup>

**1. INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, o avanço das plataformas digitais transformou profundamente os modos de produção, circulação e consumo de discursos sociais (BRAGA, 2012). Inserido nesse contexto, o TikTok consolidou-se como uma das principais plataformas de compartilhamento de conteúdos audiovisuais curtos, caracterizando-se por sua lógica algorítmica altamente personalizada (Chen & Shi, 2022) e por favorecer a viralização de conteúdos de rápida assimilação. Essa dinâmica contribui para a ampliação do alcance de diferentes tipos de discursos, incluindo aqueles marcados pela desinformação.

Paralelamente, observa-se, no Brasil, o fortalecimento de agendas antigênero (GUAZINA & GUERREIRA & SANTOS, 2021), articuladas por grupos sociais, políticos e religiosos que buscam contestar avanços relacionados aos direitos da população LGBTQIA+. Tais agendas frequentemente se apoiam em estratégias discursivas que simplificam debates complexos e mobilizam afetos como medo, indignação e ameaça moral.

Nesse cenário, os discursos antigênero passam a circular intensamente nas plataformas digitais, especialmente no TikTok, onde a combinação entre entretenimento e informação contribui para a naturalização de determinadas narrativas. Esses discursos, frequentemente ancorados em desinformação e na produção de pânico morais, impactam diretamente a percepção pública sobre os direitos LGBTQIA+, configurando um campo de disputa simbólica no interior dos direitos humanos.

Diante disso, este trabalho parte da seguinte questão: de que maneira conteúdos disseminados no TikTok contribuem para a propagação de discursos

---

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM UFPR). E-mail: marcoantoniobarros14@gmail.com.

antigênero e quais são seus efeitos na construção social dos direitos LGBTQIA+ no Brasil (Quinalha, 2022)? O objetivo geral consiste em analisar como esses discursos circulam na plataforma e influenciam percepções sociais sobre diversidade sexual e direitos humanos. Como objetivos específicos, busca-se identificar padrões discursivos, compreender estratégias de desinformação, analisar interações como indicativos de recepção e discutir os impactos na legitimação de violências simbólicas.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Referencial teórico**

A análise fundamenta-se na concepção de discurso como prática social e instrumento de poder, conforme proposto por Michel Foucault (2013). Para o autor, os discursos não apenas refletem a realidade, mas produzem regimes de verdade que orientam comportamentos, delimitam o que pode ser dito e legitimam determinadas formas de conhecimento. Nesse sentido, discursos antigênero devem ser compreendidos como práticas que operam na regulação social das identidades e dos corpos e levam à violência em uma sociedade patriarcal (SAFFIOTI, 2015).

Judith Butler (2022) mostra que a noção de performatividade de gênero permite compreender as identidades como efeitos reiterativos de práticas discursivas e sociais. A partir dessa perspectiva, torna-se possível analisar como discursos antigênero buscam fixar identidades e reforçar uma matriz normativa heterocisgênera, ao mesmo tempo em que deslegitimam experiências dissidentes.

A abordagem interseccional, inspirada em bell hooks (2013), contribui para evidenciar que as opressões não atuam de forma isolada, mas articulada. Assim, discursos antigênero podem intensificar desigualdades já existentes, atingindo de maneira mais incisiva sujeitos que ocupam múltiplas posições de vulnerabilidade social.

No campo dos estudos de comunicação, Stuart Hall (2016) oferece importantes contribuições ao discutir os processos de representação e produção de sentido. Para o autor, os significados não são fixos, mas construídos socialmente por meio de disputas simbólicas. No ambiente digital, essas disputas são intensificadas pela lógica de circulação acelerada e pela mediação algorítmica, que

influencia quais conteúdos ganham visibilidade.

## 2.2 Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando análise de discurso e netnografia (SOARES & STENGEL, 2021) como estratégias metodológicas principais. O corpus é composto por vídeos publicados no TikTok que utilizam hashtags associadas a pautas antigênero, como aquelas que problematizam discussões sobre identidade de gênero, educação sexual e direitos LGBTQIA+. A seleção dos materiais considera critérios de relevância algorítmica, incluindo número de visualizações, curtidas, comentários e compartilhamentos, de modo a privilegiar conteúdos com maior potencial de alcance e impacto social. Essa escolha permite analisar não apenas a produção discursiva, mas também sua circulação ampliada no ambiente digital.

A análise de discurso busca identificar padrões narrativos recorrentes, estratégias argumentativas e mecanismos de construção simbólica presentes nos conteúdos. São observados elementos como linguagem utilizada, enquadramentos temáticos, construção de personagens e mobilização de emoções. A netnografia, por sua vez, possibilita compreender as dinâmicas de interação entre usuários, observando práticas de engajamento, circulação e ressignificação dos conteúdos. A análise dos comentários associados aos vídeos constitui um elemento central, pois permite acessar formas de recepção, adesão, contestação e negociação de sentidos por parte do público.

## 2.3 Discussão

Os resultados, embora ainda embrionários e preliminares, indicam que os discursos antigênero no TikTok operam por meio de estratégias comunicacionais específicas, que favorecem sua disseminação e aceitação. Entre essas estratégias, destaca-se a simplificação de debates complexos, reduzindo questões estruturais a narrativas polarizadas e de fácil assimilação. Outro aspecto relevante é o uso

recorrente de um tom alarmista, que mobiliza sentimentos de medo, ameaça e urgência. Esse recurso contribui para a construção de pânicos morais, nos quais determinados grupos sociais são representados como perigosos ou desviantes. A disseminação de informações falsas ou distorcidas também se configura como elemento central, dificultando o acesso a informações qualificadas e comprometendo o debate público.

A construção de inimigos simbólicos, frequentemente sintetizada em expressões como “ideologia de gênero”, opera como mecanismo de coesão discursiva, organizando diferentes argumentos em torno de uma narrativa comum. Essa estratégia favorece a legitimação de posições conservadoras e a deslegitimação de direitos LGBTQIA+.

Ao mesmo tempo, o ambiente digital não se limita à reprodução dessas narrativas. Observa-se também a presença de práticas de resistência, nas quais criadores de conteúdo e usuários produzem contra-discursos, promovendo informação, visibilidade e disputas de sentido. Esses movimentos evidenciam que o TikTok se configura como um espaço ambivalente, marcado tanto pela reprodução de violências simbólicas quanto por possibilidades de transformação social (LOURO, 2000).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo evidencia que a comunicação digital desempenha papel central nas disputas contemporâneas em torno de gênero, sexualidade e direitos humanos. No contexto do TikTok, a lógica algorítmica e o potencial de viralização ampliam significativamente o alcance de discursos antigênero, intensificando seus efeitos na esfera pública. A análise preliminar demonstra que tais discursos não apenas circulam, mas produzem impactos concretos na construção social das percepções sobre direitos LGBTQIA+, contribuindo para a legitimação de desigualdades e violências simbólicas. Ao mesmo tempo, destaca-se a importância de reconhecer o potencial das plataformas digitais como espaços de resistência e produção de contra narrativas.

Dessa forma, compreender essas dinâmicas torna-se fundamental para o

desenvolvimento de estratégias educativas, políticas públicas e práticas comunicacionais comprometidas com a promoção da diversidade, da inclusão e dos direitos humanos. Além disso, reforça-se a necessidade de fortalecer iniciativas voltadas à educação midiática, de modo a capacitar usuários para a identificação de desinformação e para a participação crítica no ambiente digital.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. Â.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N.(Org.). Mediação & Mdiatização. Salvador: COMPÓS-EDUFBA, 2012. p. 31-52.

BUTLER, Judith P. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2022.

Chen, Z., & Shi, C. (2022). Analysis of Algorithm Recommendation Mechanism of TikTok. International Journal of Education and Humanities, 4(1), 12-14.  
<https://doi.org/10.54097/ijeh.v4i1.1152>

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Guazina, L. S. ., Guerreiro Leite, G. ., & Santos, Ébida . (2021). A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro: Uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo. Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo, 10(1), 44–61. <https://doi.org/10.25200/SLJ.v10.n1.2021.453>

HALL, Stuart. Cultura e Representação. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

hooks, b. Ensinando a transgredir. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes (org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

QUINALHA, Renan. Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte : Autêntica, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOARES, Samara Sousa Diniz Soares, & STENGEL, Márcia. Netnografia e a

pesquisa científica na internet. Psicologia USP, [S. l.], v. 32, p. e200066, 2021. DOI:  
10.1590/0103-6564e200066. Disponível em:  
<https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/202617>. Acesso em: 9 abr. 2026.